



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 116/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2327/2013 (6 vols.)

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Estadual de Administração e Gestão – SEAD.

4- Exercício: 2012.

5- Responsáveis: Sra. Ligia Abrahim Fraxe Licatti, Secretária de Estado de Administração e Gestão Sra. Silvana Saraiva Laborda, Secretária Executiva de Administração e Gestão – SEAD.

6- Unidade Técnica: DICAD/AM – Informação nº 001/2013 (fls. 1058/1060).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 123/2014-MP-EMF, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 1061/1062).

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Exercício de 2012. Secretaria Estadual de Administração e Gestão – SEAD.

Contas regulares com ressalvas. Recomendação à origem e à Comissão de Inspeção. Não aplicação de multas.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar **REGULAR COM RESSALVAS** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - SEAD**, referente ao exercício 2012, de responsabilidade da Senhora **LIGIA ABRAHIM FRAXE LICATTI**, Secretária de Estado de Administração e Gestão e Senhora **SILVANA SARAIVA DOS SANTOS LABORDA E SILVA**, Secretária Executiva de Administração e Gestão, Gestora e Ordenadora de Despesas à época, nos termos do art. 22, inciso II, e art. 24 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, inciso II, da Resolução 04/2002 – TCE.

9.1.2- **RECOMENDAR** a origem:

a) Atenção nas informações encaminhadas a esta Corte de Contas;

b) Que providencie as Declarações de Bens atualizadas dos servidores em suas pastas funcionais;

c) Que atenda e encaminhe os documentos solicitados por esta Corte de Contas.

ARA/Decisório feito de acordo com o Mod.5a-AC-PC.ORG/ENT/EST da Resolução nº 30/2012-TCE/AM – SPEDE



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 116/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE/AM nº 2327/2013 (6 vols.) – fl. 02

9.1.3- **RECOMENDAR** a próxima Comissão desta Corte que verifique se foram pagos os Restos a Pagar de 2012 e se os Processos estão formalizados dentro das exigências legais.

9.2- Por maioria, nos termos do Voto-Destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, pela não aplicação de multas à responsável.

Vencido o Relator que votou pela aplicação de multas as Sras. Ligia Abraham Fraxe Licatti e Silvana Saraiva Laborda. Acompanhou o voto do Relator a Conselheira convocada Yara Amazônia Lins dos Santos Rodrigues.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 06 de março de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral